

# Estudo Técnico Preliminar 10/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.419434/2024-91

## 2. Do Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Dispõe acerca da definição do Estudo Técnico Preliminar (ETP), e alinhamento da presente contratação, conformidade à INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, em consonância à **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA), LEI 14.133/2021**.

2.1. O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** é o "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação", conforme Art. 3º, inciso I, da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022**, em consonância à **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA)**, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.2. Nos arquivos do Portal do Tribunal de Contas da União - TCU, na seção de 'Riscos e Controle nas Aquisições' (RCA /TCU), temos:

*"1. A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo:*

- a) **assegurar a viabilidade técnica da contratação**, bem como o tratamento de seu impacto ambiental;*
- b) **embasar o termo de referência** ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável, bem como o plano de trabalho, no caso de serviços [...]"*

2.3. O propósito do ETP é elucidado de forma clara na seção de 'Perguntas Frequentes', do Portal de Compras do Governo Federal, conforme abaixo:

*"**A elaboração dos ETP busca aprofundar o conhecimento sobre o problema a ser resolvido para que então seja definida a solução mais adequada** às necessidades da administração, considerando o interesse público, os objetivos estratégicos da instituição, as opções do mercado, que pode ser a contratação de um serviço, a aquisição de um bem, a realização de uma obra, ou, até mesmo, a execução direta do objeto pelo próprio órgão/entidade. Enfim, os ETP buscam avaliar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental de se realizar uma contratação."*

2.4. O presente estudo foi elaborado e revisado pela **Equipe de Planejamento da Superintendência Regional Sul do INSS**, visando assegurar a viabilidade técnica e econômica para a presente contratação, em consonância ao Art 6º, da **INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022**, in verbis:

*"**Art. 6º O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.**"*

## 3. Descrição Sumária do Objeto deste ETP

3.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, para realização de controle integrado de vetores e pragas urbanas, compreendendo **desinsetização**,

**desratização, descupinização, combate a escorpiões e desalojamento de pombos e morcegos, com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra indispensáveis à plena execução dos serviços**, com a finalidade de atender às necessidades das unidades do INSS vinculadas à Superintendência Regional Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

3.2. A descrição completa do objeto da contratação está presente no capítulo inerente à **"DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO" deste Estudo Técnico Preliminar** e também no **TERMO DE REFERÊNCIA**.

## 4. Descrição da necessidade

Dispõe acerca das necessidades inerentes à presente contratação, evidenciando o problema identificado e a real necessidade que ele gera, bem como o que se almeja alcançar com a contratação. É a justificativa da contratação de uma solução, decorrente da necessidade de atender a uma demanda do negócio.

### 4.1. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA:

O INSS - SRSUL possui mais de 250 imóveis, distribuídos entre as suas 19 Gerências Executivas, localizadas nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Muitos dos imóveis são construções antigas, alguns, próximos de áreas verdes. Essas áreas estão sujeitas à incidência de pragas urbanas e animais sinantrópicos (animais silvestres que se adaptaram a viver junto ao homem, a despeito da vontade deste), que podem colocar em risco a saúde e a integridade física dos cidadãos que circulam diariamente nas unidades.

A futura contratação visa impedir, de modo integrado e utilizando métodos eficazes, que vetores e pragas urbanas, tais como roedores (ex: ratos, ratazanas, camundongos, etc), artrópodes quelicerados (ex: aranhas, escorpiões, carrapatos, etc), insetos voadores e rasteiros (ex: baratas, moscas, vespas, pernilongos, cupins, etc), bem como pombos e morcegos se instalem ou se reproduzam no ambiente e dependências do INSS, de forma a preservar a saúde do público interno (servidores, terceirizados e estagiários) e externo usuário (segurados e cidadãos em geral) das dependências dessa Superintendência, além de conservar o patrimônio da Autarquia, em conformidade com a Resolução RDC nº 52/2009 /ANVISA, que dispõe sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

Trata-se de um serviço cuja prestação não pode ser interrompida pois colocaria o público usuário em riscos potenciais.

A ausência dos serviços em tela pode tornar insalubre o ambiente das Unidades, causar agravos à saúde dos usuários da Autarquia, além de prejuízos econômicos (ex: desgaste dos bens móveis e imóveis por ação de cupins, formigas, etc) ou ainda propiciar a disseminação de doenças e infecções (pragas que são vetores de patógenos), tais como dengue, febre amarela, doença de chagas, etc.

O objetivo da presente contratação é o fornecimento de um serviço especializado, de boa qualidade, com intervenções bem planejadas e realizadas dentro dos parâmetros de qualidade exigidos por esta Autarquia, de forma a conservar todas as funcionalidades das instalações físicas do INSS - SRSUL e a manutenção de um ambiente saudável livre de pragas e doenças.

### 4.2. DO PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO:

Trata-se de serviço essencial cuja prestação é sustentada sob a égide do **Princípio da Continuidade do Serviço Público**, que visa não prejudicar o atendimento à população e, portanto, não podem ser interrompidos pois colocariam em perigo a saúde e a segurança do público usuário que usufrui dos serviços prestados pelas Unidades do INSS - SRSUL.

### 4.3. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2024-2027 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê

Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 46/CEGOV/INSS, de 02 de janeiro de 2025. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2025 (SEI 18112036) da SRSUL.

4.4. DO ENCERRAMENTO DOS CONTRATOS VIGENTES - DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS:

Os atuais contratos de dedetização da Superintendência Regional Sul foram derivados do Pregão Eletrônico 17/2023 UASG 510181, com prazo de vigência da contratação de 12 (doze meses), prorrogáveis por até 10 (dez) anos.

Os contratos 73/2023, 74/2023, 75/2023, 76/2023, 77/2023, 78/2023 e 79/2023 referentes às contratações realizadas por meio do referido Pregão Eletrônico, processo 35014.028876/2023-41, não foram prorrogados, e foram encerrados no mês 10/2024, sendo a última aplicação executada entre os meses de setembro e outubro de 2024. Somente o contrato 72 /2023, referente à GEX Curitiba, foi prorrogado por mais 12 meses, com vigência até 17/10/2025, porém a referida GEX está sendo incluída na nova licitação para que sejam unificadas as diretrizes de todos os contratos.

Os contratos supracitados foram regidos pela nova lei de licitações, Lei 14.133/2021, e foram licitados na forma de Serviço Continuado.

4.5. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS QUANTO À NECESSIDADE DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:

Os serviços supramencionados buscam atender a necessidade permanente da Administração, caracterizando-se como atividades de apoio, que visam contribuir de forma acessória para o cumprimento da missão do INSS, como relatado neste estudo. Frisa-se que a terceirização dos serviços é possível quando o órgão não dispõe de recursos humanos e cargos disponíveis com atribuições condizentes com o objeto da contratação no quadro de pessoal da instituição.

Assim, a terceirização de serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios para serem executados de forma indireta é totalmente possível e encontra amparo legal, desde que vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contrato.

Dadas as considerações supracitadas, o presente estudo busca averiguar quais soluções estão disponíveis para suprir as necessidades contínuas acerca dos serviços essenciais elencados anteriormente, com vistas a assegurar condições satisfatórias para o correto funcionamento das unidades do INSS - SRSUL, **garantindo-se ao público usuário ambiente salubre e seguro para o desenvolvimento das atividades institucionais.**

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COFL SRSUL	Luís Cândido Rodrigues da Silva

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Dispõe acerca dos requisitos indispensáveis de que o objeto a contratar deve dispor para atender à demanda, que devem ser veiculados como especificações técnicas do objeto ou como obrigação da contratada. Neste tópico do estudo, as práticas de sustentabilidade deverão ser destacadas, no que couber, sob as suas diferentes dimensões (ambiental, social e econômica).

6.1. DA CLASSIFICAÇÃO COMO SERVIÇO COMUM:

Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns porque seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do **Art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, in verbis:**

*Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Art. 6º, inciso XIII: "Para os fins desta Lei, consideram-se: **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado".*

## 6.2. DA NATUREZA CONTINUADA DO SERVIÇO:

O objeto do presente estudo, pelas suas características e com base na descrição das necessidades apresentadas anteriormente, **possui natureza de serviço continuado**, devido à sua essencialidade e importância, de forma a impedir que sua eventual interrupção comprometa seriamente a adequada prestação do serviço público realizado pelo INSS - SRSUL, conforme dispõe o **Art. 6, inciso XV, da Lei 14.133/2021, in verbis:**

*Lei 14.133/2021, Art 6º, inciso XV: "**serviços e fornecimentos contínuos**: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas".*

Na contratação anterior, foi necessária a execução dos serviços de controle de pragas em todas as unidades, duas vezes durante o ano, de forma que é possível estabelecer de antemão a quantidade, frequência e necessidade dos serviços a serem contratados. Além disso, como se pode observar na contratação anterior, em algumas Unidades foi solicitada reaplicação no prazo de garantia de 06 meses entre uma aplicação e outra, infestação de formigas, baratas, ratos, entre outros (conforme documentado nos emails SEI 15344510, 16256753, 16092055, 15088708). Tais situações demonstram a necessidade contínua da prestação dos serviços pois a manutenção de infestações de insetos, roedores e outras pragas nas unidades do INSS tornam o ambiente insalubre para servidores e usuários.

## 6.3. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRORROGAÇÃO:

Para a presente contratação, o prazo de vigência contratual estará em consonância ao disposto nos **Artigos 106 e 107, da Lei 14.133/2021, in verbis:**

*Lei 14.133/2021, Artigos 106 e 107:*

*"Art. 106. A Administração **poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos**, observadas as seguintes diretrizes:*

*I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior **vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual**;*

*II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a **existência de créditos orçamentários** vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;*

*III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

*[...]*

*Art. 107. Os contratos de **serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a VIGÊNCIA MÁXIMA DECENAL, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração**, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes."*

Para a presente contratação, será adotada a seguinte redação que está em conformidade ao disposto na minuta contratual da Advocacia-Geral da União (AGU), *in verbis:*

**Consta na MINUTA DO TERMO DE CONTRATO, in verbis:**

*"O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021."*

Conforme explanado anteriormente, devido à natureza continuada do serviço, há possibilidade do prazo contratual ser firmado, existindo créditos orçamentários, por até 5 anos (Art. 106, Lei 14.133/2021):

Para a presente contratação, considerando-se a peculiaridade do objeto em estudo e o orçamento disponível, **o contrato será firmado em prazo inicial de 12 (doze) meses, prorrogável até o limite de vigência máxima decenal (10 anos), desde que atendidos os critérios dispostos nos incisos I a III, do Art. 106.**

#### **6.4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

A empresa deverá estar devidamente autorizada pelos Órgãos competentes para que possa desempenhar plenamente a prestação dos serviços que compõem o objeto do presente Estudo.

A contratação deve atender às legislações, normas e regulamentações definidas pelas legislações federal, estadual e/ou municipal em vigor.

**A contratação deverá atender plenamente às exigências e aos critérios de habilitação previstos no Edital e seus anexos.**

Casos omissos ou não indicados no Edital e seus anexos serão resolvidos e definidos previamente junto à Contratante.

##### **6.4.1. SUSTENTABILIDADE:**

Os materiais e produtos eventualmente empregados nos locais de prestação dos serviços deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

Os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se em demais normas vigentes.

A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar a segurança e salubridade aos seres e os materiais empregados pela contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto, zelando pela sustentabilidade ambiental.

Todos os rejeitos e resíduos provenientes do serviço deverão ser recolhidos e removidos do local e a contratada deverá providenciar o destino adequado, não podendo permanecer no local nenhum resíduo. Os detritos recolhidos, em nenhuma hipótese, poderão ser mantidos no local.

Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais fundamentam-se na Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01/2010, que prevê:

- a) utilização de produtos que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) observância da Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006; e

f) respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

Os materiais a serem utilizados deverão ser produzidos, armazenados e transportados de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão -SLTI /MPOG e na IN SEGES n.º 58/2022, no que couber.

Além disso, para minimizar ou mitigar os possíveis impactos ambientais, a contratação deve levar em consideração as ações descritas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2024.

Devem ser observados, ainda, os demais critérios estabelecidos no item 16 do presente Estudo.

#### **6.4.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

Na presente contratação não há indicação de marcas/modelos.

#### **6.4.3. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO NA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:**

Não há vedação à utilização de marcas/produtos por parte da Contratada durante a execução do serviço, desde que devidamente autorizadas/registradas junto aos Órgãos competentes.

Ademais, assim dispõe a nota explicativa da Advocacia-Geral da União (AGU), in verbis:

*"Diferentemente do mercado privado, em que basta a vontade do particular de não efetuar nova contratação, no âmbito das contratações públicas é necessária a existência de justo motivo, que a lei vincula à existência de processo administrativo prévio, cujo resultado tenha culminado com a conclusão de que determinado produto ou marca não atendem aos requisitos mínimos para que sejam adquiridas pela Administração. O caput do artigo 41 (da Lei nº 14.133, de 2021) deixa claro que essa deve ser uma medida excepcional, que terá cabimento quando houver necessidade. Somente será possível vedar a aquisição de produto ou marca se houver processo administrativo prévio no qual as razões administrativas tenham sido expostas, com possibilidade de participação do particular envolvido, a fim de que a exclusão de marca ou produto não constitua um ato arbitrário."*

#### **6.4.4. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE:**

Para o presente certame, não será exigida carta de solidariedade em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, com respaldo na recomendação exarada pela nota explicativa da Advocacia-Geral da União (AGU), in verbis: "a exigência de carta de solidariedade somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas".

#### **6.4.5. DA SUBCONTRATAÇÃO:**

Será permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor total do contrato, sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, ou seja, do serviço de desinsetização, desratização e descupinização.

**Todas as condições detalhadas inerentes à subcontratação constam dispostas no Termo de Referência.**

#### **6.4.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

Não será exigida garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, dada a baixa complexidade e valor do objeto contratual e também em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame caso fosse exigido. Portanto, serão suprimidas todas as cláusulas correlatas a este tópico.

#### **6.4.7. VISTORIA (OPCIONAL):**

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16h00 horas.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**Todas as condições detalhadas inerentes ao agendamento e realização da vistoria constam dispostas no Termo de Referência.**

#### 6.4.8. REQUISITOS LEGAIS:

A futura contratação observará a seguinte legislação:

- Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLCA);
- Lei Complementar no 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- Decreto no 3.722, de 09 de janeiro de 2001: Dispõe sobre o SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- Decreto no 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Decreto no 9.507, de 21 de setembro de 2018: Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto no 10.024, de 20 de setembro de 2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto no 11.246, de 27 de outubro de 2022: Regulamenta o disposto no § 3o do art. 8o da Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SLTI/MP no 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SLTI/MP no 02/2010: Estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG;
- Instrução Normativa SLTI/MP no 05/2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SEGES/ME no 65, de 07 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME no 73, de 30 de setembro de 2022: Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/ME no 98, de 26 de dezembro de 2022: Estabelece regras e diretrizes para o procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta de que dispõe a Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Portaria MPDG no 443, de 27 de dezembro de 2018: Estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2o do Decreto no 9.507/2018.

OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

As definições, exigências e requisitos para a **prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas** estão delineadas na RDC ANVISA 622/2022, nas ABNT NBR 15584-1:2008, 15584-2:2008 e 15584-3:2008, e atualizações.

As definições, exigências e requisitos para a **utilização de produtos saneantes desinfestantes** estão delimitadas na RDC ANVISA 682/2022, na ABNT NBR 15517:2016, na Portaria SVS/MS 321/1997 (Normas para Desinfestantes Domissanitários), e atualizações.

As definições, exigências e requisitos para o **transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos** estão regulamentadas na RESOLUÇÃO ANTT 5.998/2022 e atualizações.

**Outras disposições legais, normas, portarias e demais regulamentos que estejam vigentes e que, porventura, não estejam referenciados neste documento, no Edital e seus anexos não eximem a Contratada da responsabilidade por seu pleno cumprimento.**

6.4.8.1. O serviço a ser contratado:

a) constitui-se em atividade material acessória, instrumental e complementar à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, podendo ser objeto de execução indireta, nos termos do Decreto no 9.507, de 21.09.2018;

b) não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelecem os arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP no 05/2017;

c) por tratar-se de atividade de custeio, a autorização para celebração de contrato prevista no art. 3º do Decreto no 10.193/2019 será concedida antes da assinatura do contrato.

6.4.8.1.1. O contrato decorrente da presente licitação será divulgado, no prazo de 20 (vinte) dias úteis de sua assinatura, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), como condição indispensável para sua eficácia, em observância ao art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

6.4.8.1.2. Ademais, em atendimento ao art. 8º, §2º, da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto no 7.724, de 16 de maio de 2012, o inteiro teor do contrato será disponibilizado no sítio oficial do órgão licitante na internet, preferencialmente em formato aberto (art. 8º, § 3º, inciso III, da mesma lei) e que permita a pesquisa de texto (TCU, Plenário, Acórdão no 1.855/2018).

6.4.8.1.3. Declara-se, ainda, que o planejamento da contratação será realizado em conformidade com as diretrizes constantes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

## **6.5. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

A licitante deverá apresentar cumprir todos os requisitos de habilitação, conforme previsão no item 8 do Termo de Referência.

## **6.6. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

Não será permitida a participação de consórcios para permitir a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, pois se trata de contratação de serviço com foco no dia a dia da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, prestado por inúmeras empresas.

## **6.7. REQUISITOS DE SEGURANÇA:**

Os funcionários da Contratada deverão adequar-se às regras de segurança de circulação e identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança do Trabalho.

A Contratada deverá respeitar as normas e procedimentos de controle de acesso às dependências das unidades, em todos os casos, apresentando listagem dos empregados executores dos serviços, com nome, RG e CPF.

Os empregados da Contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI's) próprios para a execução desse tipo de trabalho durante a prestação dos serviços.

## **6.8. REQUISITOS SOCIAIS E CULTURAIS:**

Durante a execução de tarefas no ambiente do INSS, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

## **6.9. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:**



A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização quando for o caso.

#### 6.10. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DE EQUIPE:

A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante legal, que atuará junto ao seu quadro de pessoal, atuando, se for o caso, como preposto da empresa.

#### 6.11. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO:

Os funcionários da Contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

#### 6.12. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO:

Todos os funcionários da Contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação da INSS.

## 7. Levantamento de Mercado

Dispõe acerca da pesquisa e análise comparativa das soluções alternativas disponíveis no mercado para atendimento aos problemas levantados no tópico relativo à necessidade da contratação.

#### 7.1. DAS DEFINIÇÕES PRELIMINARES:

Antes de procedermos ao levantamento de mercado em si, cabem algumas considerações acerca das definições apresentadas neste tópico do Estudo Técnico. Com base nos requisitos da contratação definidos anteriormente, deve ser feito levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, **levando-se em conta aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e padronização**. (TCU, Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação - 1ª Edição, 2012).

Também é importante ressaltar o disposto no Art. 7º, inciso III, §1º, da IN 40/2020, *in verbis*:

*"III - levantamento de mercado, que consiste na **prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções**, podendo, entre outras opções:*

***a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e***

***b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.***"

**7.1.1. DO PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE:** Segundo Marçal Justen Filho (1998, p.66) "A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da **gestão dos recursos públicos**". Trata-se, portanto, do uso otimizado dos recursos públicos na contratação de determinado objeto, considerada a relação custo-benefício para tal feito.

**7.1.2. DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA:** Segundo Joel de Menezes Niebuhr (2006, p. 43), "a eficiência em licitações públicas gira em torno de três aspectos fundamentais: **preços, qualidade e celeridade**". Os preços relacionam-se diretamente com a **economicidade (menor custo)** ligando esta à eficiência, a **celeridade (rapidez na contratação)** refere-se ao menor prazo possível entre a publicação do ato convocatório e o recebimento do objeto adquirido ou do

serviço contratado e a **qualidade**, por seu turno, diz respeito a **padrão de desempenho** e, por isso, embute um fator de subjetividade. De acordo com Chiavenato (2003, p.155), “a *eficiência é uma relação entre custos e benefícios, ou seja, uma relação entre recursos aplicados e produto final obtido: é a razão entre o esforço e o resultado, entre a despesa e a receita, entre o custo e o benefício resultante*”.

**7.1.3. DO PRINCÍPIO DA EFICÁCIA:** Noutra linha de raciocínio, de acordo com Paulo Sandroni (2002, p. 198), pode-se diferenciar eficiência de eficácia concernindo à eficiência como a forma (meio) de se realizar uma tarefa e à **eficácia como o resultado alcançado (objetivo almejado)** em decorrência da realização de determinado trabalho.

**7.1.4. DO PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO:** Trata-se da contratação de soluções cujas especificações estejam alinhadas aos padrões disponibilizados usualmente pelo mercado. Esse princípio visa minimizar o risco de contratação de objetos com especificações não usuais no mercado (sem padrão) e que, por conta da especificação escolhida e despadronizada, gere impacto negativo e relevante nos custos da contratação, bem como limitação à competição ou a sua realização devido à especificidade não usual em relação aos padrões ofertados pelo mercado, o que contrariaria o disposto no Art. 3º, XI, alínea 'a', item 1, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que tange à vedação de “*especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame*”, e o princípio da economicidade, disposto no Art. 70 da Constituição Federal.

Ressalte-se que não será, ainda, utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização (instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME n. 938, de 2 de fevereiro de 2022), uma vez que não se trata de contratação de item já padronizado.

## 7.2. DO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO:

Consideradas as definições anteriores, a Equipe de Planejamento realizou a prospecção junto ao mercado para averiguar as soluções disponíveis que poderiam atender de forma adequada à necessidade das Unidades do INSS - SRSUL, de acordo com os requisitos da contratação dispostos em tópico anterior deste estudo.

### 7.2.1. DO ESTUDO DAS CONTRATAÇÕES SIMILARES POR ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Consta dos documentos SEI 19553546 e 19553563 a série de preços coletados, conforme resumo na tabela abaixo:

Nº do item na Pesquisa de Preço	Inciso	Fonte	Preço (m²)	Data
2	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	R\$ 1,25	14/02/2025
3	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	R\$ 1,25	14/02/2025
4	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	R\$ 1,25	14/02/2025
5	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	R\$ 1,25	14/02/2025
7	I	COMANDO DA AERONAUTICA	R\$ 0,27	13/02/2025
12	I	DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES	R\$ 0,35	07/02/2025
15	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPÁ	R\$ 0,39	06/02/2025

16	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPÁ	R\$ 0,39	06/02/2025
17	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPÁ	R\$ 0,20	06/02/2025
18	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPÁ	R\$ 0,30	06/02/2025
19	I	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS-MS	R\$ 0,89	05/02/2025
21	I	COMANDO DO EXERCITO	R\$ 0,60	05/02/2025
22	I	COMANDO DO EXERCITO	R\$ 0,60	05/02/2025
24	I	JUSTICA ELEITORAL	R\$ 1,50	04/02/2025
25	I	JUSTICA ELEITORAL	R\$ 0,80	04/02/2025
26	I	JUSTICA ELEITORAL	R\$ 0,80	04/02/2025
27	I	COMANDO DO EXERCITO	R\$ 0,74	04/02/2025
28	I	COMANDO DO EXERCITO	R\$ 0,60	03/02/2025
29	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. BAIANO	R\$ 0,30	31/01/2025
32	I	COMANDO DO EXERCITO	R\$ 0,90	28/01/2025
34	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE	R\$ 0,20	20/01/2025
35	I	ESTADO DO PARANA	R\$ 0,30	17/01/2025
36	I	COMANDO DO EXERCITO	R\$ 0,19	16/01/2025
37	I	COMANDO DO EXERCITO	R\$ 0,19	16/01/2025
38	I	COMANDO DO EXERCITO	R\$ 0,24	15/01/2025

40	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,29	13/01/2025
41	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
42	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
43	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
44	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
45	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
46	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
47	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
48	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
49	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
50	I	MIN.DA GEST.E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICO	R\$ 0,27	13/01/2025
51	II	MUNICIPIO DO RECIFE	R\$ 0,30	19/02/2025
52	II	MUNICIPIO DO RECIFE	R\$ 0,30	19/02/2025
53	II	MUNICIPIO DO RECIFE	R\$ 0,32	19/02/2025
54	II	MUNICIPIO DO RECIFE	R\$ 0,30	19/02/2025
55	II	MUNICIPIO DO RECIFE	R\$ 2,00	19/02/2025
56	II	MUNICIPIO DE SAPEZAL	R\$ 1,00	19/02/2025

57	II	CAMARA MUNICIPAL DO JABOATAO	R\$ 1,98	19/02/2025
58	II	MUNICIPIO DE JOAO ALFREDO	R\$ 1,06	19/02/2025
59	II	MUNICIPIO DE JOAO ALFREDO	R\$ 1,06	19/02/2025
60	II	MUNICIPIO DE JOAO ALFREDO	R\$ 1,07	19/02/2025
61	II	MUNICIPIO DE JOAO ALFREDO	R\$ 1,16	19/02/2025
Total de itens: 47		Média:	R\$ 0,62	

### 7.3. DOS ORÇAMENTOS PRATICADOS PELO MERCADO:

Constam nos autos processuais a pesquisa de preços 24/2025 realizada através do gov.br/compras (SEI 19553563).

### 7.4. DO LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES EM POTENCIAL:

SOLUÇÕES LEVANTADAS EM POTENCIAL	
Soluções em potencial:	Descrição da solução:
SOLUÇÃO 1:	Contratação de serviços de controle de pragas por escopo, através de SRP.
SOLUÇÃO 2:	Contratação dos serviços de controle de pragas na forma continuada, com frequência superior à atualmente praticada.
SOLUÇÃO 3:	Contratação dos serviços de controle de pragas na forma continuada, com frequência semestral.

### 7.5. DA ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES LEVANTADAS DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA CONTRATANTE:

Segue abaixo tabela comparativa acerca das soluções levantadas:

ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES LEVANTADAS			
Critérios	Avaliação da Solução 1	Avaliação da Solução 2	Avaliação da Solução 3
Eficiência	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE
Eficácia	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	ATENDE
Economicidade	ATENDE	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE
Padronização	ATENDE PARCIALMENTE	ATENDE	ATENDE

### 7.6. DA ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO:

Considerados os critérios levantados na tabela supramencionada, a Equipe de Planejamento determinou que a melhor solução a ser considerada para o presente processo de contratação é a **SOLUÇÃO 3**.

#### 7.6.1. DAS JUSTIFICATIVAS PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO SUPRACITADA:

A escolha da SOLUÇÃO 1 resulta na realização de inúmeros processos licitatórios (um a cada dois anos que é o prazo máximo de vigência da Ata), além de não se mostrar adequada para o serviço em questão. Pode-se observar pelo histórico do INSS SRSUL e pelas contratações de outros entes públicos que o serviço de controle de pragas é um serviço continuado.

A escolha da SOLUÇÃO 2 é a escolhida por alguns órgãos, porém no INSS observa-se a necessidade de interrupção da atividade fim pelo menos por algumas horas durante e após a aplicação dos pesticidas. Além disso, mesmo o valor sendo inferior por m<sup>2</sup> observa-se que aumentando o número de aplicações tem-se a tendência a resultar em um custo maior. Ainda, conforme mencionado no item 6.2 (acima) poucas unidades acionaram a garantia da contratação no processo anterior. Isso significa que em menos de 5% das unidades foi necessária nova aplicação durante o intervalo de 6 meses inicialmente previsto como garantia do serviço, demonstrando que não há necessidade de alteração da regra para todas as unidades, com a redução do intervalo entre as aplicações, pois tal ação impactaria diretamente no atendimento aos cidadãos e ainda em custos adicionais com vigilante horista para cobrir o período de aplicação fora do horário de expediente.

**Escolhe-se a SOLUÇÃO 3, no qual há contratação do serviço de natureza continuada, sob demanda, no intervalo mínimo de 06 (seis) meses entre as aplicações. Tal solução atende em sua completude às necessidades técnicas reais e vigentes da Contratante; aos critérios dispostos no Guia de Boas Práticas do Tribunal de Contas da União (TCU), em termos de eficiência, eficácia, economicidade e padronização e, principalmente, também enquadra-se e respeita as limitações orçamentárias vigentes, sendo a melhor solução que pode ser adotada para o momento.**

## 8. Descrição da solução como um todo

Dispõe acerca da descrição da solução como um todo. A solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação.

### 8.1. DESCRIÇÃO SUCINTA DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas, compreendendo desinsetização, desratização, descupinização, combate a escorpiões e desalojamento de pombos e morcegos, com o fornecimento de todos os materiais e mão de obra indispensáveis à plena execução dos serviços, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com a finalidade de atender às necessidades do da Superintendência Regional Sul do INSS e unidades jurisdicionadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

### 8.2. DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO QUE SE ALMEJA CONTRATAR:

TABELA DE GRUPOS, ITENS, QUANTIDADES E VALORES: A tabela a seguir contém a relação de grupos e itens que compõem o objeto licitatório como um todo. Os quantitativos, descrições e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela a seguir:

GRUPO 1						
ITEM 01 – GEX Curitiba						
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m <sup>2</sup> (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m <sup>2</sup> )	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m <sup>2</sup>	58,739	117,478.76	0.62	72,836.83

16 unidades			total m2	58,739	117,479	0.62	R\$ 72,836.83
<b>ITEM 02 – GEX Curitiba</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	946.54	1,893.08	0.62	1,173.71	
1 unidade			total m2	947	1,893	0.62	R\$ 1,173.71
TOTAL GRUPO 1							R\$ 74,010.54
<b>GRUPO 2</b>							
<b>ITEM 03 – GEX Cascavel</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	46,406.85	92,813.70	0.62	57,544.49	
19 unidades			total m2	46,407	92,814	0.62	R\$ 57,544.49
<b>ITEM 04 – GEX Cascavel</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	1,916.00	3,832.00	0.62	2,375.84	
2 unidades			total m2	1,916	3,832	0.62	R\$ 2,375.84
TOTAL GRUPO 2							R\$ 59,920.33
<b>GRUPO 3</b>							
<b>ITEM 05 – GEX Londrina</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	42,123.02	84,246.04	0.62	52,232.54	
15 unidades			total m2	42,123	84,246	0.62	R\$ 52,232.54
<b>ITEM 06 – GEX Londrina</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	2,342.00	4,684.00	0.62	2,904.08	

3 unidades			total m2	2,342	4,684	0.62	R\$ 2,904.08
TOTAL GRUPO 3							R\$ 55,136.62
<b>GRUPO 4</b>							
<b>ITEM 07 – GEX Maringá</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	25,752.11	51,504.22	0.62	31,932.62	
14 unidades			total m2	25,752	51,504	0.62	R\$ 31,932.62
<b>ITEM 08 – GEX Maringá</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de pátios e outras áreas de infestações de escorpião (m²)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de combate a escorpiões	3417	m²	2,490.55	4,981.10	0.62	3,088.28	
3 unidades			total m2	2,491	4,981	0.62	R\$ 3,088.28
TOTAL GRUPO 4							R\$ 35,020.90
<b>GRUPO 5</b>							
<b>ITEM 09 – GEX Ponta Grossa</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	38,667.29	77,334.58	0.62	47,947.44	
17 unidades			total m2	38,667	77,335	0.62	R\$ 47,947.44
<b>ITEM 10 – GEX Ponta Grossa</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	3,475.87	6,951.74	0.62	4,310.08	
4 unidades			total m2	3,476	6,952	0.62	R\$ 4,310.08
<b>ITEM 11 – GEX Ponta Grossa</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de pátios e outras áreas de infestações de escorpião (m²)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de combate a escorpiões	3417	m²	144.59	289.18	0.62	179.29	



1 unidade			total m2	145	289	0.62	R\$ 179.29
TOTAL GRUPO 5							R\$ 52,436.81
GRUPO 6							
ITEM 12 – GEX Porto Alegre							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	34,990.37	69,980.74	0.62	43,388.06	
6 unidades			total m2	34,990	69,981	0.62	R\$ 43,388.06
ITEM 13 – GEX Porto Alegre							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	4,737.24	9,474.48	0.62	5,874.18	
4 unidades			total m2	4,737	9,474	0.62	R\$ 5,874.18
TOTAL GRUPO 6							R\$ 49,262.24
GRUPO 7							
ITEM 14 – GEX Canoas							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	26,779.49	53,558.98	0.62	33,206.57	
12 unidades			total m2	26,779	53,559	0.62	R\$ 33,206.57
ITEM 15 – GEX Canoas							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	1,253.08	2,506.16	0.62	1,553.82	
1 unidade			total m2	1,253	2,506	0.62	R\$ 1,553.82
TOTAL GRUPO 7							R\$ 34,760.39
GRUPO 8							
ITEM 16 – GEX Caxias do Sul							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	

serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	17,344.18			34,688.36	0.62	21,506.78
12 unidades			total m2		17,344	34,688	0.62	R\$ 21,506.78
ITEM 17 – GEX Caxias do Sul								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)			Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	1,845.10			3,690.20	0.62	2,287.92
2 unidades			total m2		1,845	3,690	0.62	R\$ 2,287.92
TOTAL GRUPO 8								R\$ 23,794.71
GRUPO 9								
ITEM 18 – GEX Ijuí								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)			Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	36,855.62			73,711.24	0.62	45,700.97
16 unidades			total m2		36,856	73,711	0.62	R\$ 45,700.97
ITEM 19 – GEX Ijuí								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)			Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	786.50			1,573.00	0.62	975.26
1 unidade			total m2		787	1,573	0.62	R\$ 975.26
TOTAL GRUPO 9								R\$ 46,676.23
GRUPO 10								
ITEM 20 – GEX Novo Hamburgo								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)			Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	41,773.21			83,546.42	0.62	51,798.78
19 unidades			total m2		41,773	83,546	0.62	R\$ 51,798.78
ITEM 21 – GEX Novo Hamburgo								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)			Previsão de 2 Aplicações/	Valor unitário máximo	Valor limite para Contratação – 2

					Ano	(m²)	aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	3,138.35		6,276.70	0.62	3,891.55	
3 unidades			total m2		3,138	6,277	0.62	R\$ 3,891.55
TOTAL GRUPO 10							R\$ 55,690.33	
GRUPO 11								
ITEM 22 – GEX Passo Fundo								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	25,825.44		51,650.88	0.62	32,023.55	
12 unidades			total m2		25,825	51,651	0.62	R\$ 32,023.55
TOTAL GRUPO 11							R\$ 32,023.55	
GRUPO 12								
ITEM 23 – GEX Pelotas								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	28,764.94		57,529.88	0.62	35,668.53	
12 unidades			total m2		28,765	57,530	0.62	R\$ 35,668.53
ITEM 24 – GEX Pelotas								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	2,684.75		5,369.50	0.62	3,329.09	
2 unidades			total m2		2,685	5,370	0.62	R\$ 3,329.09
ITEM 25 – GEX Pelotas								
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de pátios e outras áreas de infestações de escorpião (m²)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de combate a escorpiões	3417	m²	1,511.61		3,023.22	0.62	1,874.40	
1 unidade			total m2		1,512	3,023	0.62	R\$ 1,874.40
TOTAL GRUPO 12							R\$ 40,872.01	
GRUPO 13								
ITEM 26 – GEX Santa Maria								

Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	18,812.61		37,625.22	0.62	23,327.64
14 unidades			total m2	18,813	37,625	0.62	R\$ 23,327.64
<b>ITEM 27 – GEX Santa Maria</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	5,216.23		10,432.46	0.62	6,468.13
5 unidades			total m2	5,216	10,432	0.62	R\$ 6,468.13
TOTAL GRUPO 13							R\$ 29,795.76
<b>GRUPO 14</b>							
<b>ITEM 28 – GEX Uruguaiana</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	13,890.36		27,780.72	0.62	17,224.05
9 unidades			total m2	13,890	27,781	0.62	R\$ 17,224.05
<b>ITEM 29 – GEX Uruguaiana</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	1,370.44		2,740.88	0.62	1,699.35
2 unidades			total m2	1,370	2,741	0.62	R\$ 1,699.35
TOTAL GRUPO 14							R\$ 18,923.39
<b>GRUPO 15</b>							
<b>ITEM 30 – GEX Florianópolis</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	40,606.42		81,212.84	0.62	50,351.96
18 unidades			total m2	40,606	81,213	0.62	R\$ 50,351.96
TOTAL GRUPO 15							R\$ 50,351.96

GRUPO 16							
ITEM 31 – GEX Blumenau							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	18,863.26		37,726.52	0.62	23,390.44
11 unidades			total m2	18,863	37,727	0.62	R\$ 23,390.44
TOTAL GRUPO 16							R\$ 23,390.44
GRUPO 17							
ITEM 32 – GEX Chapecó							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	33,339.80		66,679.60	0.62	41,341.35
17 unidades			total m2	33,340	66,680	0.62	R\$ 41,341.35
ITEM 33 – GEX Chapecó							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	2,890.81		5,781.62	0.62	3,584.60
3 unidades			total m2	2,891	5,782	0.62	R\$ 3,584.60
ITEM 34 – GEX Chapecó							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de pátios e outras áreas de infestações de escorpião (m²)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de combate a escorpiões	3417	m²	50.26		100.52	0.62	62.32
1 unidade			total m2	50	101	0.62	R\$ 62.32
TOTAL GRUPO 17							R\$ 44,988.28
GRUPO 18							
ITEM 35 – GEX Criciúma							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)		Previsão de 2 Aplicações/ Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais
serviço de desinsetização, desratização e	3417	m²	21,854.57		43,709.14	0.62	27,099.67

descupinização							
13 unidades			total m2	21,855	43,709	0.62	R\$ 27,099.67
<b>ITEM 36 – GEX Criciúma</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	1,128.55	2,257.10	0.62	1,399.40	
1 unidade			total m2	1,129	2,257	0.62	R\$ 1,399.40
TOTAL GRUPO 18							R\$ 28,499.07
<b>GRUPO 19</b>							
<b>ITEM 37 – GEX Joinville</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área total m² (edifícios, pátios e áreas verdes)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desinsetização, desratização e descupinização	3417	m²	19,902.20	39,804.40	0.62	24,678.73	
9 unidades			total m2	19,902	39,804	0.62	R\$ 24,678.73
<b>ITEM 38 – GEX Joinville</b>							
Especificação	CATSER	Un. de medida	Área de telhado (m²)	Previsão de 2 Aplicações/Ano	Valor unitário máximo (m²)	Valor limite para Contratação – 2 aplicações anuais	
serviço de desalojamento de pombos e morcegos	3417	m²	661.49	1,322.98	0.62	820.25	
1 unidade			total m2	661	1,323	0.62	R\$ 820.25
TOTAL GRUPO 19							R\$ 25,498.98
<b>302 unidades</b>			<b>total m2</b>	<b>629,881</b>	<b>1,259,762</b>	<b>0.62</b>	<b>R\$ 781,052.54</b>

OBS: NO SISTEMA COMPRASNET, AS ÁREAS EM M2 DOS SERVIÇOS FORAM MULTIPLICADAS POR DUAS PARA QUE SEJAM FEITAS ATÉ DUAS APLICAÇÕES NO INTERVALO DE 12 MESES.

8.2.1. Caso haja divergências entre as informações constantes no sistema Compras.gov.br (códigos dos itens CATMAT /CATSER, lotes, quantidades, valores, descrições dos itens cadastrados, etc) e aquelas previstas no Termo de Referência, sempre prevalecerão as últimas.

8.2.2. Antes de iniciar o serviço, a Contratada deverá providenciar a medição da área cujo serviço será realizado a fim de confrontar com o estimado pela Superintendência. Em seguida, deverá elaborar um cronograma de execução que observe o número mínimo de intervenções contratadas e a periodicidade dos serviços necessários naquela(s) área(s), a ser encaminhado à Equipe Especializada da SRSUL para autorização da execução.

8.2.3. O objeto deverá incluir o fornecimento de uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas, equipamentos, produtos e todo o material indispensável à boa execução dos serviços, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir a prestação dos serviços, observadas as normas e a legislação vigente. O fornecimento destes itens já deve estar embutido na contratação.

8.2.4. As quantidades indicadas na tabela acima são aquelas que poderão ser, eventualmente, solicitadas à Contratada durante a vigência contratual, ou seja, tratam-se de **serviços sob demanda da Administração**, sendo facultado à Contratante a utilização total ou parcial dos quantitativos indicados neste Estudo. Portanto, será efetuado o pagamento à Contratada somente dos serviços realmente prestados e inerentes às quantidades efetivamente solicitadas pela Contratante durante a vigência contratual.

## 9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Dispõe acerca das estimativas e das justificativas das quantidades dos itens da solução a contratar, em função do consumo e provável utilização, devendo a estimativa ser obtida, a partir de fatos concretos (Ex: série histórica do consumo - atendo-se a eventual ocorrência vindoura capaz de impactar o quantitativo demandado, criação de órgão, acréscimo de atividades, necessidade de substituição de bens atualmente disponíveis, etc).

### 9.1. DA JUSTIFICATIVA PARA O QUANTITATIVO PROPOSTO:

O quantitativo inframencionado encontra respaldo a partir do histórico de consumo da Superintendência Regional Sul obtido a partir de contratações anteriores, análise do quantitativo presente em soluções similares de outros órgãos e ratificação das metragens junto à Divisão de Engenharia da SRSUL. O quantitativo considera a melhor solução considerando-se as necessidades técnicas reais e limitações orçamentárias vigentes da SRSUL/INSS.

### 9.2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Os endereços, metragem dos imóveis e quantidades a serem contratadas constam discriminadas na planilha do Anexo I-B do Termo de Referência.

Para as unidades em que foi constatada a necessidade do serviço de desalojamento de pombos e morcegos, foi realizado o dimensionamento das áreas de telhados, e para as unidades em que há incidência de escorpiões, foi calculada a área externa destas unidades, tendo sido descontada a área dos terrenos das áreas ocupadas pelos imóveis, conforme informações constantes no Despacho ENG-FTMAN 19015539.

## 10. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 781.052,54

Dispõe acerca das estimativas. São as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar feitas com base no levantamento de mercado, no intuito de apoiar a análise de viabilidade da contratação, em especial com respeito à relação de custo-benefício da contratação.

### 10.1. DO ATENDIMENTO AO PRECONIZADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 65/2021:

O orçamento estimado foi obtido a partir de pesquisas de preços em conformidade à **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021**, tendo em vista o disposto na **Nova Lei de Licitações e Contratos, Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021**. Trata-se, portanto, de orçamento cujo valor é contemporâneo e compatível aos valores praticados pelo mercado no que tange à exequibilidade.

Os orçamentos utilizados para a estimativa do valor da contratação encontram-se sintetizados em relatório proveniente do aplicativo Pesquisa de Preços disponível no gov.br/compras.

## 10.2. DA ANÁLISE CRÍTICA DE PREÇOS:

O memorial de cálculo inerente à pesquisa de preços está disposto no Relatório constante no processo em epígrafe, e foi elaborado em conformidade à Instrução Normativa SEGES/ ME n. 65/2021 (Pesquisa de Preços), em consonância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Quanto à metodologia para obtenção do preço estimado, foi utilizada a média aritmética simples entre três ou mais orçamentos pesquisados, expurgando-se nesse cômputo todos os valores que destoavam demais dos limites superiores e inferiores com relação à linha média de preços, seguindo-se o disposto no Art. 6º da IN 65/2021 e parágrafos § 1º a § 6º, in verbis:

*"Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados".*

Os orçamentos obtidos refletem a realidade de mercado para o objeto dessa contratação, sendo contemporâneos e exequíveis os valores orçados.

O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 781.052,54** (setecentos e oitenta e um mil, cinquenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), para o período de 12 (doze) meses, **para o total de 1.259.762 metros²**, que corresponde ao **valor unitário máximo de R\$ 0,62/m²**.

## 11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Dispõe acerca da decisão e da justificativa de dividir ou não a solução em parcelas, analisando-se, no que couber, se é economicamente viável, se não há perda de economia de escala, se há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução.

11.1. Conforme RCA/TCU, a equipe de planejamento da contratação deve avaliar se a solução é divisível ou não, levando em conta o mercado que a fornece, *in verbis*:

*"As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala".*

11.1.1. Ressalta-se que a regra, sempre quando viável, é o parcelamento da solução em mais itens sempre que a mesma for divisível e desde que não haja inviabilidade técnica e/ou econômica, prejuízos para o conjunto da solução e/ou perda de economia de escala, sempre visando a ampla participação e competitividade entre os licitantes.

11.2. A futura contratação não poderá ser parcelada por unidade de serviço, tendo em vista que tal situação acarretaria possivelmente itens desertos/fracassados da licitação.

11.2.1. Optou-se por considerar, para fins de licitação, **19 (dezenove) grupos**, sendo um para cada Gerência Executiva da SRSUL, tendo em vista a grande área geográfica de abrangência da Superintendência Regional Sul e que a divisão em itens individuais não se mostraria viável técnica e economicamente, à luz das regras contidas na jurisprudência do TCU (Súmula 247), visto tratar-se de serviço de pequeno vulto, e o parcelamento levaria a uma multiplicidade de pequenos contratos pouco atrativos para os licitantes.



11.2.2. Cada grupo engloba um item referente ao serviço de desinsetização, desratização e descupinização, outro item para o serviço de desalojamento de pombos e morcegos (somente nas unidades em que foi constatada essa necessidade) e outro item para o serviço de combate a escorpiões (também somente nas unidades em que foi constatada essa necessidade).

11.2.3. Ademais, a eventual divisão do procedimento licitatório para cada tipo de serviço por Gerência Executiva (38 itens) causaria inviabilidade técnica e econômica com prejuízo ao conjunto e perda de economia de escala.

11.2.4. Tais procedimentos afetariam o ganho de escala, trariam conflitos de responsabilidade e tornariam a fiscalização mais onerosa para o INSS, dificultando, inclusive, a gestão dos diversos contratos em face de seu reduzido quadro de servidores.

11.3. Eventual divisão do procedimento licitatório para a contratação de serviços com características de gestão de pessoal sem maiores especificações técnicas já foi objeto de decisão do TCU, em que o mesmo desaconselha o parcelamento de serviços não especializados, como pode ser observado nos seguintes acórdãos:

Acórdão no 10.049/2018 - 2o Câmara, seguindo a mesma linha do Acórdão no 1.214 /2013 - Plenário: *"O parcelamento do objeto deve ser adotado apenas na contratação de serviços de maior especificação técnica, uma vez que, como regra, ele não propicia ampliação de competitividade na contratação de serviços de menor especialização"*.

11.4. Afora os aspectos técnicos, fica sopesada a dificuldade na execução da contratação de forma parcelada. Não raro encontramos exemplos de contratações de soluções únicas, contratadas separadamente, que acabam redundadas no fracasso, posto que possíveis falhas em qualquer dos itens ensejam dificuldades intransponíveis para correções ou apuração de responsabilidade. Estes fundamentos convergem para reforçar a conclusão de que a divisão do objeto em parcelas não se comprova técnica e economicamente viável.

11.5. Assim, pelos motivos expostos, entendemos que a prestação dos serviços de controle de pragas em dezenove grupos, com a inclusão de todos os materiais e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, é a que melhor atende aos interesses da Administração e também a que se apresenta mais vantajosa dos pontos de vista econômico e administrativo.

11.6. O que se busca na nova contratação é a definição de regras claras, de forma a permitir aos fornecedores a correta mensuração dos serviços a serem realizados, bem como a possibilidade de diluição dos custos operacionais sobre a contratação como um todo.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Dispõe-se há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras. A lógica por trás dessa exigência é fazer com que as contratações sejam pensadas de forma sistêmica, integrada. Perceba que uma só existe em razão da outra.

### 12.1. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

No que tange à definição, contratações correlatas **"são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal"**, conforme definição disposta na seção de Dúvidas Frequentes do Portal de Compras Governamentais.

Considerando-se a definição supracitada, a Equipe de Planejamento verificou que **HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS** com relação ao objeto da presente demanda, mas que já foram licitados, a saber:

- SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO;
- SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL;
- SERVIÇO DE VIGILÂNCIA OSTENSIVA.

### 12.2. CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES:

No que tange à definição, *contratações interdependentes* "são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação", conforme definição disposta na seção de Dúvidas Frequentes do Portal de Compras Governamentais.

Considerando-se a definição supracitada, a Equipe de Planejamento verificou que **NÃO HÁ CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES** com relação ao objeto da presente demanda, sejam serviços já licitados ou que necessitem ser licitados de forma conjunta com o objeto do presente estudo técnico.

### 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Dispõe acerca do alinhamento da presente contratação com elementos dos planos estratégicos e diretores do Órgão e ao PCA - Plano de Contratações Anual, justificando-se, no que couber, quanto à ausência dessa previsão, se for o caso.

13.1. A contratação dos serviços objeto deste documento atende ao Planejamento Estratégico da Direção Central do INSS em Brasília, estando contemplada no Mapa Estratégico 2024-2027 e no Plano de Ação, ambos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança do INSS, por meio da Resolução nº 46/CEGOV/INSS, de 02 de janeiro de 2025. Enquadra-se na Gestão Eficiente de Recursos.

13.2. O objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e foi incluído no PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações do INSS para o ano de 2025.

13.3. Além de estar alinhado com o Planejamento Estratégico, a contratação está prevista no PAC 2025 da SRSUL, Contratação nº 510181/45/2025.

### 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Dispõe acerca da descrição dos ganhos diretos e indiretos que se almeja com a contratação, essencialmente efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável e sempre que possível, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.

#### 14.1. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS.

BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO	
Nº	Descrição dos benefícios
1	Promover a saúde, a segurança e o bem-estar geral dos ocupantes do espaço físico das unidades do INSS SRSUL, garantindo-se um ambiente salubre e seguro.
2	Potencializar a imagem institucional do INSS SRSUL no que tange aos aspectos de salubridade, segurança e conforto, que são parâmetros que relacionam-se, direta ou indiretamente, à qualidade dos serviços prestados pela Autarquia.
3	Mitigar o aparecimento e proliferação de pragas/vetores de doenças por meio dos serviços de controle de pragas diversas que possam expor a comunidade a riscos em potencial.

#### 14.2. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

Para fins de medição dos resultados, objetivando alcançar os benefícios pretendidos com a presente contratação, será implementado para a presente contratação o **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)**, e que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações do pagamento.

**Constam no IMR (Anexo V do Edital) os seguintes parâmetros, *in verbis*:**

<b>INDICADOR 1</b>	Atrasos anormais às respostas comunicadas pela Contratante e/ou Gestão/e ou Fiscalização do contrato e/ou que extrapolem o prazo concedido.
<b>INDICADOR 2</b>	Descumprimento/atrasos na entrega dos serviços pactuados; Falta de assiduidade/pontualidade de qualquer natureza quando da solicitação de serviços pela Contratante ou quando os prazos estiverem previamente estabelecidos no Contrato, Edital e seus anexos.
<b>INDICADOR 3</b>	Danos e/ou Prejuízos e/ou Vícios e/ou Falhas de quaisquer natureza quando da execução dos serviços, causando prejuízos e/ou danos morais, materiais ou físicos.
<b>INDICADOR 4</b>	Descumprimento no que tange à falta na qualidade e/ou quantidade quando da prestação dos serviços e/ou do fornecimento de equipamentos e insumos diversos necessários à plena execução dos serviços, nos prazos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
<b>INDICADOR 5</b>	Falha ou atraso na prestação da garantia do serviço prestado.

## 15. Providências a serem Adotadas

Dispõe acerca da descrição, no que couber, se há ações que deverão ser executadas pelo INSS antes da formalização da futura contratação, com vistas à correta execução contratual (pequenas intervenções de engenharia, ajustes de sistemas, capacitação de servidores e outros).

15.1. **O INSS - SRSUL já dispõe das condições e infraestrutura adequadas para a plena execução dos serviços pela Contratada**, visto se tratar da contratação de serviço que foi contratado e executado em moldes semelhantes no final de 2023, não havendo, portanto, a necessidade de readequações ou reestruturação do ambiente onde o serviço será prestado.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

Dispõe acerca do estudo dos possíveis impactos ambientais que, porventura, possam surgir em decorrência da contratação pretendida, com a identificação, no que couber, das ações mitigadoras para se prevenir ou contingenciar os riscos potenciais ao meio ambiente.

### 16.1. DA SUSTENTABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

No que tange ao atendimento dos critérios de sustentabilidade, o presente estudo toma por base, principalmente, ao constante no **Guia Nacional de Licitações Sustentáveis**, disponibilizado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS), da Controladoria Geral da União - CGU. No referido Guia, recomenda-se atenção aos seguintes dispositivos legais, a saber:

**16.1.1. GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CGU, 7ª Edição, Outubro 2024 (p. 114 - 123):****"LEGISLAÇÃO:**

- *Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.)*
- *Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)*
- *Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.*
- *Decreto nº 8.077, de 2013 (Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências)*
- *RDC ANVISA nº 622, de 9 de março de 2022 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências)*
- *RDC ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014 (Dispõe sobre Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas)*
- *Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006 – art. 5º e 9º (Regulamenta o controle e o manejo ambiental da fauna sinantrópica nociva.)*

**PRINCIPAIS DETERMINAÇÕES:**

- *A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.*
- *A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.*
- *A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.*
- *Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneantes desinfetantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.*
- *A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.*
- *A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.*
- *Nenhum saneante domissanitário, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde/ANVISA.*
- *No que se refere à logística reversa:*
  - a) *a empresa especializada na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.*
  - b) *o destino final das embalagens dos produtos saneantes desinfetantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/ importador.*
  - c) *a empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.*
    - c.1) *caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino final passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.*
    - c.2) *o estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.*
- *A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfetantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.*
- *As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfetantes devem ser submetidas à tríple lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.*
- *As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríple lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.*
- *A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as informações exigidas no art. 20 da RDC ANVISA nº 52, de 2009.*

- Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

#### PRECAUÇÕES:

- Lembramos que o fabricante de desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas também deve estar registrado e regular no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021), de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas).

- É preciso registrar ainda que não consta do Anexo I, da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, que trata sobre as Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, a exigência de registro da empresa de prestação de serviços de controle de pragas domésticas com aplicação de produtos químicos pelo que a referida atividade não demanda mais inscrição pelas empresas no CTF/APP-Ibama.

- Observância ao disposto no Decreto nº 10.936, de 2022:

Art. 16. A fiscalização do cumprimento das obrigações previstas em instrumentos de logística reversa caberá aos órgãos executores, seccionais e locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, estabelecidos pela Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e pelos seus regulamentos, sem prejuízo do exercício das competências de outros órgãos e entidades públicos.

(...)

Art. 17. O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e suas embalagens, observará o disposto em legislação específica sobre a matéria.

(...)

Art. 28. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes de produtos, de seus resíduos e de suas embalagens aos quais se refere o caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e de outros produtos, de seus resíduos ou de suas embalagens que sejam objeto de logística reversa na forma prevista no § 1º do referido artigo, não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial ou ao termo de compromisso firmado com a União.

§ 1º As obrigações a que se refere o caput incluem os dispositivos referentes:

I - à operacionalização, aos prazos, às metas, aos controles e aos registros da operacionalização dos sistemas de logística reversa;

II – aos planos de comunicação, às avaliações e ao monitoramento dos sistemas de logística reversa; e

III - às penalidades e às obrigações específicas imputáveis aos fabricantes, aos importadores, aos distribuidores e aos comerciantes.

§ 2º Eventual revisão dos termos e das condições previstos em acordo setorial ou em termo de compromisso firmado com a União, consubstanciada em termos aditivos e que altere as obrigações de que trata este artigo, será atendida pelos fabricantes, pelos importadores, pelos distribuidores e pelos comerciantes a que se refere o caput.

Art. 29. Na hipótese de descumprimento das obrigações previstas em acordo setorial ou em termo de compromisso de que trata o art. 18, inclusive daquelas decorrentes do disposto no art. 28, serão aplicadas aos signatários, aos aderentes e aos não signatários as penalidades previstas na legislação ambiental."

16.1.2. A Portaria PRES/INSS no 1.704, de 12 de junho de 2024, aprovou, no âmbito do INSS, o **Plano de Logística Sustentável - PLS**, na forma dos Anexos I a III da Portaria. Nesse sentido, na presente contratação devem ser observadas as seguintes diretrizes constantes do PLS:

- a) gestão mais eficiente do descarte de resíduos tóxicos e poluentes, incentivando empresas e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício;
- b) considerar critérios compatíveis com padrões de consumos social e ambientalmente sustentáveis;
- c) promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, com diminuição do consumo de água e energia elétrica, otimização do uso de materiais e recursos naturais e implantação de gestão de resíduos sólidos;
- d) identificação e utilização de objetos de menor impacto ambiental;
- e) divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável;

f) promoção de ações afirmativas de equidade e de inclusão pela empresa contratada.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento, diante de todo o exposto no presente documento, declara viável esta contratação.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA COFL - SR-SUL/INSS Nº 150, DE 08 DE OUTUBRO DE 2024

**ALESSANDRA MUSSI DA SILVA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 13/03/2025 às 16:11:19.*

Despacho: PORTARIA COFL - SR-SUL/INSS Nº 150, DE 08 DE OUTUBRO DE 2024

**ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 13/03/2025 às 17:59:23.*

Despacho: PORTARIA COFL - SR-SUL/INSS Nº 150, DE 08 DE OUTUBRO DE 2024

**WESLEY BORGES FERREIRA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 14/03/2025 às 09:54:10.*